

Sentimento Psicológico de Comunidade: Uma revisão (*)

JOÃO PAULO AMARO (**)

O estudo académico do *Sentimento Psicológico de Comunidade* (SPC) teve a sua origem em 1974 quando o psicólogo comunitário Seymour Sarason o apresentou como o conceito central e dominante do campo da psicologia comunitária. Ele descreveu o SPC como “o sentimento de que somos parte de uma rede de relacionamentos de suporte mútuo, sempre disponível e da qual podemos depender” (Sarason, 1974, p. 1). Referiu também que ter esse “sentimento” previne que as pessoas “experimentem sentimentos prolongados de solidão” (p. 1), e que vivam estilos de vida emocionalmente destrutivos. A sua visão foi de que os psicólogos comunitários concordariam com a primazia do SPC como um valor e depois valorizariam cada um dos seus esforços na medida em que contribuisse para o aumento ou diminuição do SPC. No seu livro de 1974 Sarason definiu o SPC como “a percepção de similaridade com os outros, uma reconhecida interdependência com os outros, uma vontade em manter essa interdependência

dando ou fazendo pelos outros o que esperamos que nos façam a nós, o sentimento de que somos parte de uma grande e estável estrutura da qual podemos depender” (p. 157).

Depois da original proposta de Sarason, investigadores de várias perspectivas, incluindo sociologia, psicologia, desenvolvimento comunitário, ciências políticas, ambiente e urbanismo tentaram definir e quantificar o conceito (Chavis, Hogge, McMillan & Wandersman, 1986).

Vários psicólogos comunitários também se esforçaram para medir o SPC (e.g. Davidson & Cotter, 1986; Doolittle & MacDonald, 1978; Glynn, 1981; Riger & Lavrakas, 1981). No entanto, só em 1986 é que a teoria do SPC foi cuidadosamente delineada por McMillan e Chavis, onde definem o SPC como “um sentimento de pertença que os membros possuem, de que os membros se preocupam uns com os outros e com o grupo, e uma fé partilhada de que as necessidades dos membros serão satisfeitas através do compromisso de permanecerem juntos” (p. 9). Propuseram também que o SPC é composto por quatro elementos: Estatuto de Membro (*Membership*), Ligações Emocionais Partilhadas (*Shared Emotional Connection*), Influência (*Influence*), e Integração e Satisfação de Necessidades (*Integration and Fulfillment of Needs*). O componente Estatuto de Membro é “o sentimento de pertença ou de partilhar um rela-

(*) O autor agradece a todos os alunos que passaram pelo Seminário de Monografia, os quais contribuíram para a construção deste sentimento psicológico de comunidade.

(**) Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa.
E-mail: jpaulo@ispa.pt

cionamento pessoal” (McMillan & Chavis, 1986, p. 9). O Estatuto de Membro captura sentimentos de fazer parte do grupo. O outro componente, Ligações Emocionais Partilhadas, é um sentimento de calor e intimidade resultante do “compromisso e crença de que os membros partilharam e irão partilhar história, lugares comuns, tempo juntos, e experiências similares” (McMillan & Chavis, 1986, p. 9).

O terceiro componente do SPC é a Influência, a qual é definida por McMillan e Chavis (1986) como um “sentimento de importância, de fazer a diferença para o grupo e de o grupo ser importante para os seus membros” (p. 9). Por influência, McMillan e Chavis (1986) querem dizer que os membros individuais do grupo sentem que são importantes para o grupo e consideram o grupo importante para eles. Devido a estes sentimentos mutualistas de importância, o grupo é capaz de influenciar ou afectar os membros individualmente, assim como ser afectado pelos seus membros. Assim, McMillan e Chavis têm como intenção para o componente influência incluir sentimentos mútuos de importância entre os membros individuais do grupo e o grupo, assim como sentimentos de capacidade de afectação mútua.

O quarto e último componente do SPC é a Integração e Satisfação de Necessidades, ou seja “o sentimento de que as necessidades dos membros serão satisfeitas pelos recursos recebidos pelo seu estatuto de membro no grupo” (McMillan & Chavis, 1986, p. 9). Através do sentimento de satisfação das necessidades individuais, o sentimento de pertença ao grupo é positivamente reforçado e os membros são motivados a manter o seu envolvimento no grupo. Membros de comunidades fortes são capazes de satisfazer as suas necessidades individuais enquanto simultaneamente satisfazem as necessidades do grupo. Enquanto que a Influência é o resultado de dinâmicas que ocorrem no grupo, sentimentos de Integração e Satisfação de Necessidades podem resultar da competição comunitária por recursos que existem fora do grupo. Para simplificar, este componente será referido como “Satisfação de Necessidades”.

Com base neste modelo, Chavis, Hogge, McMillan e Wandersman (1986) desenvolveram e testaram empiricamente o “Sense of Community Index” (SCI), o qual tem sido largamente utilizado para medir o SPC. Apesar desta escala originalmente ter sido desenvolvida para medir o SPC de adultos

numa comunidade de vizinhança (geográfica), tem demonstrado ser um instrumento de medida eficaz em comunidades relacionais e em comunidades de adolescentes (Chipuer & Pretty, 1999; Obst, Zinkiewicz, & Smith, 2002a, b, c).

A definição e composição do SPC proposta por McMillan e Chavis (1986) captura a essência do constructo tal como originalmente proposto por Sarason (1974). Ao pegar nas ideias de Sarason sobre o SPC e ao dividi-lo em quatro partes, McMillan e Chavis providenciaram, *a priori*, um modelo teórico que é congruente com as ideias originais de Sarason para o constructo. O suporte para este modelo chegou de estudos qualitativos. Em dois estudos todos os quatro elementos propostos por McMillan e Chavis emergiram espontaneamente (Brodksy, 1996; Brodksy & Marx, 2001), e noutros dois estudos diferentes, três dos quatro componentes emergiram (Plas & Lewis, 1996; Sonn & Fisher, 1996).

Três teóricos, McMillan (1996), Burroughs e Eby (1998), e Puddifoot (1995; 1996), propuseram modelos de SPC que diferem ligeiramente do de McMillan e Chavis (1986). No entanto, devido a sua forte base teórica e evidência de suporte empírico, qualquer desvio do modelo de SPC de McMillan e Chavis deve ser justificado.

Em 1996, McMillan foi convidado a escrever um artigo sobre o SPC para marcar o décimo aniversário do artigo de McMillan e Chavis. Nesse artigo, McMillan (1996) deu novos nomes aos originais quatro componentes, mas apenas sugeriu pequenas mudanças em todo o modelo. Por exemplo McMillan mudou o nome Estatuto de Membro para Espírito (*Spirit*) e colocou uma nova ênfase na amizade. Também propõe que a compreensão comunitária proporciona um ambiente seguro para “contar a verdade” (i.e., auto-exposição), a qual viu como vital para o processo de estabelecimento de um SPC positivo. McMillan alterou o nome Influência para Confiança (*Trust*) e colocou uma nova ênfase nas normas e princípios do grupo. Deu um novo nome a Satisfação de Necessidades, chamou-lhe Trocas (*Trade*) e especificou que trocas comerciais ocorrem através de uma intimidade partilhada e de comunalismo. Finalmente, alterou o nome Ligações Emocionais Partilhadas para Arte (*Art*) e sugere que Arte inclui valores que transcendem a comunidade. Estas pequenas mudanças não alteram o significado essencial dos quatro componentes originalmente propostos por McMillan e

Chavis. A grande contribuição de McMillan neste artigo é de que ele propõe uma ordem na qual os indivíduos ou comunidades devem alcançar os sentimentos de cada um dos componentes de forma a criar um SPC positivo. Ele propôs que os componentes devem ter uma fluidez segundo a seguinte ordem: 1) Espírito, 2) Confiança, 3) Comércio, e 4) Arte. Assim, McMillan reafirma o modelo de SPC originalmente desenvolvido com Chavis e tenta expandir a teoria de SPC especificando uma ordem de eventos para alcançar um SPC positivo. Dados empíricos são necessários para testar esta expansão da teoria.

Burroughs e Eby (1998) também pensaram em expandir o modelo de SPC de McMillan e Chavis (1986). Propuseram um modelo de SPC no local de trabalho de seis componentes baseado na literatura de SPC e em entrevistas com consultores que organizavam *workshops sobre community-building* (construção de comunidades) para organizações. Os seis componentes incluem variações para o local de trabalho dos quatro componentes propostos por McMillan e Chavis, com a adição de dois componentes: Dizer-Verdade (*Truth-Telling*) [retirado do trabalho de McMillan, (1996)] e Ligação Espiritual (*Spiritual Bond*). Apesar de McMillan incluir Dizer-Verdade como parte do seu componente Espírito (anteriormente Estatuto de Membro), Burroughs e Eby optaram por fazê-lo um componente separado. No entanto, Dizer-Verdade, (i.e., auto-exposição), é um acto. Em contraste, cada componente do SPC é composto de sentimentos. Os sentimentos requeridos para a auto-exposição já existem nos quatro elementos do SPC propostos por McMillan e Chavis; auto-exposição surge de sentimentos de segurança emocional, a qual é protegida por fronteiras e por um sentimento de pertença (Estatuto de Membro), assim como de comunicações e sentimentos de calor humano (Ligações Emocionais Partilhadas). Assim, apesar do acto de auto-exposição poder prever o SPC, são os sentimentos que levam à auto-exposição que definem os componentes de SPC, e esses sentimentos estão já incluídos no modelo de SPC de McMillan e Chavis.

O outro componente adicionado por Burroughs e Eby (1998), Ligação Espiritual, é também abrangido pelo modelo de McMillan e Chavis (1986). Burroughs e Eby afirmaram que criaram o novo componente de Ligação Espiritual para avaliar o papel da espiritualidade, valores e ética no SPC. No entanto, McMillan e Chavis incluíram a espiri-

tualidade no componente Ligações Emocionais Partilhadas, especificamente identificando “ligação emocional” como uma das sete dimensões de Ligações Emocionais Partilhadas. Mais, eles incluíram valores no componente Satisfação de Necessidades, e ética é abrangida pela qualidade mais geral da integração, a qual é reflectida na componente Influência. Assim, a expansão da teoria de SPC sugerida por Burroughs e Eby não oferece contribuições substanciais à teoria de SPC de McMillan e Chavis.

Burroughs e Eby (1998) acreditam que o seu trabalho oferece a vantagem de capturar o SPC enquanto aplicado especificamente aos ambientes de trabalho. No entanto, não existe evidência de que um modelo especial é necessário para diferentes tipos de comunidades. Infelizmente Burroughs e Eby não recolheram dados utilizando itens que representem os quatro componentes de McMillan e Chavis e, assim, o seu estudo não pode fornecer evidência de que seja necessário um modelo especial. Os itens escolhidos por Burroughs e Eby para representarem as variações para o local de trabalho dos quatro componentes de SPC de McMillan e Chavis desviam-se significativamente das definições de McMillan e Chavis desses componentes. Por exemplo, o maior factor que emergiu da análise factorial de Burroughs e Eby foi a Segurança Emocional. Burroughs e Eby compararam este componente do seu modelo ao componente Ligações Emocionais Partilhadas do modelo de McMillan e Chavis porque ambos os componentes “remetem para a amplitude dos contactos que os indivíduos num grupo têm uns com os outros e a qualidade dessas interações” (p. 511). No entanto, todos os itens utilizados para representar a Segurança Emocional têm a ver com sentir-se suficientemente seguro para partilhar sucessos, fraquezas, informação, ou sentimentos (apenas um item). Resultado, o factor Segurança Emocional é definido de forma muito diferente do Ligações Emocionais Partilhadas, o qual é definido como um sentimento de calor humano e intimidade. Portanto, não é possível interpretar os resultados da análise factorial conduzida por Burroughs e Eby em termos do modelo de McMillan e Chavis. Mesmo tendo em conta que o factor Ligação Espiritual composto por itens surgiu como o quarto maior factor na análise factorial, é impossível determinar se os itens que foram incluídos neste factor representam adequadamente os quatro componentes do modelo

de McMillan e Chavis de SPC. Dizer-Verdade não se destacou como factor. Isto faz com que o desenvolvimento, de Burroughs e Eby, no local de trabalho do modelo de McMillan e Chavis de SPC não é teoricamente nem empiricamente apelativo.

Para além dos trabalhos de McMillan (1996), Burroughs e Eby (1998), Puddifoot (1995) também pensou em alterar o modelo de SPC de McMillan e Chavis (1986). Puddifoot identificou áreas de sobreposição em quatro temas que focam a comunidade: a literatura sobre Satisfação Comunitária (*Community Satisfaction*), a literatura sobre Coesão Social, estudos governamentais qualitativos no Reino Unido, e a literatura sobre SPC. Ele identificou 6 grandes elementos com 14 dimensões e combinou-as num novo constructo, denominando-a Identidade Comunitária (*Community Identity*). Da literatura sobre Satisfação Comunitária, Puddifoot (1995) baseou-se nos resultados de técnicas de análise de dados tais como Análise dos Componentes Principais. Da literatura sobre Coesão Social, o autor confiou apenas no trabalho de Buckner (1988), o qual desenvolveu uma medida de sentimento de coesão comunitária (*sense of community cohesion*), com intenção de combinar o SPC, a atracção da pessoa à sua vizinhança, e a interacção social com a vizinhança. Dos estudos no Reino Unido, recolheu informação sobre a percepção dos vizinhos sobre fronteiras e funcionamento comunitário. Finalmente, da literatura sobre SPC, colheu da teoria postulada por Sarason (1974), McMillan e Chavis (1986), assim como de dados empíricos de Glynn (1981). Os seis elementos propostos por Puddifoot são: Identificação (*Identification*), Avaliação da Vida Comunitária (*Evaluation of Community Life*), Locus (*Locus*), Distintividade (*Distinctiveness*), Orientação (*Orientation*) e Avaliação do Funcionamento Comunitário (*Evaluation of Community Functioning*).

Apesar da teoria de SPC de Sarason (1974) e de McMillan e Chavis (1986) enfatizarem que o SPC é um estado afectivo, apenas dois dos seis elementos de Puddifoot (1995), Identificação e Avaliação da Vida Comunitária, podem ser concebidos como elementos afectivos. Pode ser que Puddifoot (1995) tenha proposto múltiplos elementos não afectivos porque a sua revisão se baseou principalmente em investigação de base empírica e não de base teórica. Por exemplo, a literatura do Reino Unido enfatiza fronteiras concretas (o elemento Identidade Comunitária de Locus), enquanto

que o modelo de McMillan e Chavis enfatiza sentimentos de pertença e sugere que tais sentimentos surgem das fronteiras. Similarmente, a literatura sobre Satisfação Comunitária inclui o funcionamento actual dos serviços comunitários (o elemento Identidade Comunitária da Avaliação do Funcionamento Comunitário), enquanto que o modelo de McMillan e Chavis enfatiza os sentimentos de ter as nossas necessidades satisfeitas que podem surgir do bom funcionamento dos serviços.

Dois problemas surgem quando combinamos elementos não afectivos e afectivos. Primeiro, a teoria de SPC inclui apenas elementos afectivos e a inclusão de elementos não afectivos desvia-se fortemente do trabalho de Sarason (1974) e de McMillan e Chavis (1986). Segundo, os elementos não afectivos propostos por Puddifoot (1995) provavelmente são preditores de SPC e não elementos que formam o próprio constructo de SPC. Misturar os preditores de SPC e o estado afectivo de SPC torna difícil determinar alvos para intervenção que possam alterar o estado afectivo do SPC.

No seu modelo de Identidade Comunitária, Puddifoot (1995) não sugere elementos afectivos que poderiam desenvolver a teoria de SPC. No entanto, combina aspectos de Estatuto de Membro e de Ligações Emocionais Partilhadas num único elemento de Identificação. O autor pode estar certo ao combinar Estatuto de Membro e Ligações Emocionais Partilhadas porque é difícil separar sentimentos de pertença (Estatuto de Membro) de sentimentos de calor humano (Ligações Emocionais Partilhadas). No entanto, esta é uma questão empírica que só pode ter uma resposta com o desenvolvimento de medidas adequadas de Estatuto de Membro e de Ligações Emocionais Partilhadas.

Em suma, destes modelos, o que foi proposto por McMillan e Chavis (1986) é o que está mais ligado à teoria original de SPC postulada por Sarason (1974) e baseia-se substancialmente em conceitos relacionados com a investigação comunitária. As propostas de expansões do modelo de McMillan e Chavis (e.g., Burroughs & Eby, 1998; McMillan, 1996; Puddifoot, 1995), não são nem teórica nem empiricamente interessantes e podem confundir preditores de SPC com resultados de SPC.

COMUNIDADES GEOGRÁFICAS, COMUNIDADES RELACIONAIS E VIZINHANÇA

Baseado nas suas teorias de SPC, Sarason (1974)

e McMillan e Chavis (1986) concordaram que o SPC se aplica a todo o tipo de comunidades. Números investigadores definiram Comunidade como um grupo de pessoas que partilham problemas, interesses, e recursos, que interagem uns com os outros, e que reconhecem que pertencem a uma comunidade (para uma revisão, ver Garcia, Giuliani, & Wisenfeld, 1999). Os psicólogos comunitários utilizam o constructo Comunidade para estudar os mediadores colectivos e comunitários do desenvolvimento, tais como o *empowerment*, promoção da diversidade, e mudança ao nível comunitário (Dalton *et al.*, 2007). Para tornar o objectivo da psicologia comunitária atraente para o constructo Comunidade, Heller (1989) expandiu a definição de Comunidade para incluir a posse do poder político colectivo por parte dos membros (i.e., a habilidade em desenvolver estruturas sociais que satisfaçam as necessidades dos membros da comunidade).

Porque a definição de Comunidade é genérica, é possível distinguir entre tipos de comunidades. Vários teóricos do SPC (e.g., Chavis & Newbrough, 1986; Dunham, 1986; Pretty & McCarthy, 1991), diferenciaram Comunidades Geográficas e Relacionais. Membros de Comunidades Geográficas estão unidos através de um local, enquanto que membros de Comunidades Relacionais estão unidos através de outros filamentos que não localidade, tais como interesses comuns, profissão, ou religião. No entanto, Comunidades Geográficas e Relacionais são similares no sentido em que ambas são compostas por pessoas, instituições, recursos e meios para a sua divulgação, e histórias distintas. Mais importante, os teóricos concordam que o SPC se aplica a ambas Comunidades Geográficas e Relacionais (Burroughs & Eby, 1998; Chavis & Newbrough, 1986; Dunham, 1986; Pretty & McCarthy, 1991).

Porque a literatura sobre vizinhança e saúde mental está a crescer, é importante clarificar o relacionamento entre investigação sobre vizinhança e investigação sobre SPC. Apesar do facto de que os termos Vizinhança e Comunidade serem comumente utilizados de forma intercambiável, os constructos diferem no sentido em que Vizinhança se refere a uma área geográfica específica que é geralmente residencial, onde as pessoas vivem lado a lado, ou que têm uma relação face a face, que as afecta psicossocialmente, e não pode ser presumido que os residentes da Vizinhança interajam, partilhem recursos, possuam poder colectivo, ou mesmo

reconheçam que são parte de uma comunidade (Montero, 2004). Apenas através da avaliação do SPC dos residentes da vizinhança somos capazes de determinar se a Vizinhança é também uma Comunidade. Assim, o constructo Vizinhança está relacionado com o constructo Comunidade Geográfica através da presença ou ausência de um SPC. Ou seja, partilhar um espaço, um lugar, não gera automaticamente uma comunidade. Razão porque é tão importante ter boas medidas de SPC. Permite-nos ter a capacidade de avaliar a extensão na qual um grupo de pessoas se sentem ligadas umas às outras e capazes de exercer influência como poder colectivo de modo a ter as suas necessidades satisfeitas. Através de tal avaliação, os interventores comunitários podem determinar lugares apropriados para início de uma implementação de intervenções sobre tópicos desde a promoção da saúde até à acção política.

Até à data, muita da investigação sobre SPC utilizou a Vizinhança como unidade de estudo (com as vizinhanças muitas vezes a qualificarem-se para o estatuto de Comunidades Geográficas). Esta ênfase nas Vizinhanças pode ser porque é fácil conceptualizar o constructo Comunidade quando estão presentes fronteiras físicas, ou porque a comunidade está historicamente ligada a um local (Dunham, 1986). As Vizinhanças também podem ter sido enfatizadas porque a unidade de referência no popular “Sense of Community Index” (SCI; Chavis, Hogge, McMillan, & Wandersman, 1986; Perkins, Florin, Rich, Wandersman, & Chavis, 1990), é a vizinhança enquanto “bloco de edifícios” (*block*), mesmo tendo em conta que os autores do SCI afirmam que *block* pode ser substituído por outra unidade. Este instrumento, Índice de Sentimento de Comunidade, mede as percepções do SPC de acordo com as quatro dimensões da teoria desenvolvida por McMillan e Chavis (1986). No entanto, vários factores levaram-nos a comunidades que, hoje, não estão ligadas a um local. Nestes factores incluem-se a revolução industrial, comunicações rápidas, e urbanização (Dunham, 1986).

Foram realizados alguns estudos sobre SPC em Comunidades Relacionais. As unidades de muitos desses estudos ocorrem numa área geográfica tão pequena que encaixam em ambas as definições de Comunidade Relacional e Geográfica. Por exemplo, investigação sobre o SPC no local de trabalho (Burroughs & Eby, 1998; Royal & Rossi, 1996), num lar para recuperação de alcoólicos (Bishop, Chertok, & Jason, 1997), e em escolas

(Pretty, 1990; Pretty, Andrewes, & Collet, 1994; Royal & Rossi, 1996), especificam ambos uma comunidade relacional e geograficamente ligada. Mais, alguns estudos foram realizados em Comunidades Relacionais que abrangem uma grande área geográfica. Por exemplo, Sonn e Fisher (1996) entrevistaram 23 membros do *The Colored South African Community* a viver em Melbourne, Austrália, e Kruger *et al.* (2001) avaliaram o SPC numa comunidade cibernauta de psicólogos educacionais. Obst *et al.* (2002b) investigaram o SPC geográfico e relacional percebido por membros de um clube internacional de ficção científica, e encontraram que os membros sentiram, na sua generalidade, laços comunitários mais fortes à sua comunidade de clube do que à sua vizinhança, apesar do facto de muita da comunicação entre os membros do clube ser feita através da Internet.

É necessária investigação sobre Comunidades Relacionais ligadas por grandes áreas geográficas para testar se a estrutura factorial do SPC é a mesma para as Comunidades Geográficas e Relacionais. Em teoria, a estrutura factorial do SPC deve ser a mesma, mas são necessários testes empíricos. Mais, é possível que as Comunidades Geográficas e Relacionais se distingam no que se refere a diferenças de médias de SPC. Por exemplo, em teoria, sentimentos de pertença e de identidade (i.e., Estatuto de Membro), podem ser mais relevantes para as Comunidades Geográficas do que para as Comunidades Relacionais. Os critérios para Comunidades Geográficas são geralmente estabelecidos pelos investigadores. Em contraste, membros das Comunidades Relacionais geralmente identificam-se com os aspectos que os relacionam uns com os outros. Os participantes têm um maior controlo sobre a sua inclusão nas Comunidades Relacionais do que sobre a sua inclusão nas Comunidades Geográficas. Assim, nas Comunidades Relacionais, sentimentos de Estatuto de Membro podem servir como um requisito para inclusão na investigação sobre SPC, resultando numa amplitude muito estreita de sentimentos de Estatuto de Membro com um efeito de nivelamento (i.e., todos os participantes terão alguns sentimentos de pertença e de identidade). Em Comunidades Geográficas tal é definido pelos investigadores, pelo que sentimentos de Estatuto de Membro podem exibir-se numa grande amplitude, com alguns participantes a não exprimirem sentimentos de pertença.

Também, Satisfação de Necessidades pode ser

mais relevante para as Comunidades Relacionais do que para as Comunidades Geográficas, sendo que cada uma inclui instituições formais. Porque as instituições por vezes ajudam a satisfazer as necessidades das pessoas, os residentes da vizinhança podem não ter muitas das suas necessidades satisfeitas pela sua vizinhança, resultando numa amplitude restrita de sentimentos de Satisfação de Necessidades com um efeito de tecto (i.e., os participantes não sentirão que todas as suas necessidades são satisfeitas pela sua vizinhança). Kruger *et al.* (2001), descobriram elementos de satisfação de necessidades, nomeadamente suporte social e desenvolvimento profissional, que são fortes preditores do SPC global num estudo de uma Comunidade Relacional.

Investigações recentes, como a realizada por Obst *et al.* (2002b), reexaminam o modelo de McMillan e de Chavis do SPC. Numa série de estudos de comunidades geográficas e de interesses, os autores identificaram uma quinta dimensão, a *conscious identification* (a existência de um relacionamento forte entre a auto-imagem de um indivíduo e a pertença a uma comunidade), que referem poder melhorar o modelo de SPC proposto por McMillan e por Chavis. Os esforços para definir e medir o SPC continuam, com trabalhos explorando os níveis de SPC individual e de grupo, assim como o SPC em comunidades não tradicionais (Hill, 1996; Chavis & Pretty, 1999; Proescholdbell *et al.*, 2006).

Hill (1996), nas suas sugestões para futuras investigações do SPC, recomenda que mais atenção esteja dada às comunidades relacionais, e Obst *et al.* (2000a) sugere aos investigadores que repensem a suposição de que a utilização generalizada da Internet é prejudicial ao SPC. No entanto, ao lado deste interesse crescente pelo SPC nas comunidades relacionais, os investigadores continuam a encontrar um relacionamento importante e complexo entre comunidades geográficas e o SPC (Glynn, 1986; Chavis & Pretty, 1999).

BENEFÍCIOS DO SPC

Em ambos os níveis geográfico e relacional, o forte SPC parece estar associado a uma variedade de resultados positivos para indivíduos e comunidades. Dalton *et al.* (2007) elaboraram a seguinte relação:

- Comportamentos de vizinhança e trabalho em conjunto em projectos de vizinhança

- (e.g., Farrell *et al.*, 2004; Garcia *et al.*, 1999; Perkins & Long, 2002; Prezza *et al.*, 2001)
- Participação em grupos de vizinhos e em instituições religiosas (e.g., Brodsky *et al.*, 1999; Hughey *et al.*, 1999; Kingston *et al.*, 1999; Perkins & Long, 2002)
 - Acreditar que trabalhar com outros para a acção comunitária pode ser eficaz (e.g., Perkins & Long, 2002; Peterson & Reid, 2003; Speer, 2000)
 - Votar em eleições (Davidson & Cotter, 1989, 1993), vizinhanças com elevados índices de votantes registados (Brodsky *et al.*, 1999)
 - Resistência à opressão (e.g., Brodsky, 2003; Sonn & Fisher, 1996, 1998, 2003)
 - Ensino e aprendizagem cooperativa nas escolas (Batteman, 2002; Royal & Rossi, 1996; Solomon *et al.*, 1996)
 - Formação da identidade dos adolescentes (Pretty, 2002; Pretty *et al.*, 1994, 1996)
 - Bem estar individual, saúde mental, e recuperação do abuso de substâncias (e.g., Farrell *et al.*, 2004; Ferrari *et al.*, 2002; Pretty *et al.*, 1994, 1996; Prezza *et al.*, 2001) (pp. 177-178).

Ao nível da vizinhança um forte SPC está associado a elevados sentimentos de protecção e de segurança, maior participação nos assuntos da sua comunidade, e são mais prováveis de votar em eleições, têm comportamentos de reciclagem, ajudam os outros e são voluntários.

Ter um forte SPC melhora o sentimento individual de bem-estar, em termos de aumento da felicidade, diminui a preocupação, e aumenta a auto-eficácia (Davidson & Cotter, 1991). Adicionalmente, Bachrach e Zautra (1985) encontraram no seu estudo sobre a resposta da comunidade à ameaça de um acidente de despejo de resíduos perigosos, que um forte SPC está relacionado com um grau elevado de auto-eficácia, e pode ajudar as pessoas a lidar com situações stressantes na sua comunidade de forma proactiva.

Deve ser sublinhado que um SPC elevado não é sempre benéfico. Brodsky (1996), no seu estudo de mães solteiras resilientes que vivem em projectos de habitação social perigosos, refere que o SPC pode ser um conceito positivo, neutro, ou negativo. Brodsky encontrou que, maioritariamente, as mulheres no seu estudo sentiram que era uma vantagem para elas e para as suas crianças terem um baixo SPC (isto é, distância dos vizinhos, não se envolverem com nenhum grupo). Para estas mães, a perspectiva

de se envolverem mais com a sua comunidade era sinónimo de sacrificar alguns de seus valores, e finalmente por em perigo a segurança das suas famílias. Este é um estudo que explora o SPC negativo, faltando estudos que explorem o SPC neutro. Tem sido realizado alguma investigação sobre os aspectos negativos do capital social, um conceito relacionado ao SPC.

EM SÍNTESE

Na Psicologia Comunitária, o Sentimento Psicológico de Comunidade tem sido utilizado de formas muito diversas, levantando muitas questões e temas. Tal ilustra as forças e limitações do conceito.

Concordamos com Sarason (1974) quando este refere que o Sentimento Psicológico de Comunidade é o núcleo central da Psicologia Comunitária. A existência de um Sentimento Psicológico de Comunidade indica uma orientação positiva que mantém e fortalece a comunidade, e a sua ausência gera desarticulação e destrói a comunidade.

O Sentimento Psicológico de Comunidade tornou-se num tema globalizante da Psicologia Comunitária (Dalton *et al.*, 2007), sendo notório, na nossa perspectiva, a sua textura ecológico-contextual e a sua relação positiva com o *Empowerment* e a Participação, a sua influência na construção de comunidades saudáveis.

O Sentimento Psicológico de Comunidade é um conceito rico. Neste estágio do seu desenvolvimento, talvez seja aconselhável o seu estudo multiforme: com o modelo de McMillan-Chavis (1986) e outros, a um nível individual e a um nível comunitário, com métodos qualitativos e quantitativos, mantendo no entanto uma sensibilidade às diferenças contextuais. O ponto real da pesquisa do Sentimento Psicológico de Comunidade não é simplesmente compreender as suas associações com, mas o que pode ser feito para o influenciar.

Estamos perante uma lua que teima em manter uma das suas faces na penumbra, mas a sua influência é notória na ecologia das nossas comunidades.

REFERÊNCIAS

- Bachrach, K., & Zautra, A. (1985). Coping with a community stressor: The threat of a hazardous waste facility. *Journal of Health and Social Behaviour*, 26, 127-141.

- Bishop, P., Chertok, F., & Jason, L. (1997). Measuring sense of community: Beyond local boundaries. *The Journal of Primary Prevention*, 18, 193-212.
- Brodsky, A. (1996). Resilient single mothers in risky neighbourhoods: Negative Psychological Sense of Community. *Journal of Community Psychology*, 24, 347-363.
- Brodsky, A., & Marx, C. (2001). Layers of identity: Multiple psychological senses of community within a community setting. *Journal of Community Psychology*, 29, 161-178.
- Buckner, J. (1988). The development of an instrument to measure neighbourhood cohesion. *American Journal of Community Psychology*, 16, 771-791.
- Burroughs, S., & Eby, L. (1998). Psychological sense of community at work: A measurement system and explanatory framework. *Journal of Community Psychology*, 26, 509-532.
- Chavis, D., Hogge, J., McMillan, D., & Wandersman, A. (1986). Sense of community through Brunswick's Lens: A First Look. *Journal of Community Psychology*, 14, 24-40.
- Chavis, D., & Newbrough, J. (1986). The meaning of "community" in community psychology. *Journal of Community Psychology*, 14, 335-340.
- Chavis, D., & Pretty, G. (1999). Sense of community: Advances in measurement and application. *Journal of Community Psychology*, 27, 635-642.
- Chipuer, H., & Pretty, G. (1999). A review of the sense of community index: Current uses, factor structure, reliability, and further development. *Journal of Community Psychology*, 27, 643-658.
- Dalton, J., Elias, M., & Wandersman, A. (2007). *Community psychology: Linking individuals and communities* (2nd ed.). Belmont: Thomson Wadsworth.
- Davidson, W., & Cotter, P. (1986). Measurement of sense of community within the sphere of city. *Journal of Applied Social Psychology*, 16, 608-619.
- Davidson, W., & Cotter, P. (1991). The relationship between sense of community and subjective well-being: A first look. *Journal of Community Psychology*, 19, 246-253.
- Doolittle, R., & MacDonald, D. (1978). Communication and a sense of community in a metropolitan neighbourhood: A factor analytic examination. *Communication Quarterly*, 26, 2-7.
- Dunham, H. (1986). Commentary: The community today: Place or process. *Journal of Community Psychology*, 14, 399-404.
- Garcia, I., Giuliani, F., & Wiesenfeld, E. (1999). Community and sense of community: The case of an urban barrio in Caracas. *Journal of Community Psychology*, 27, 727-740.
- Glynn, T. (1981). Psychological sense of community: Measurement and application. *Human Relations*, 34, 789-818.
- Glynn, T. (1986). Neighbourhood and sense of community. *Journal of Community Psychology*, 14, 341-352.
- Hill, J. (1996). Psychological sense of community: Suggestions for future research. *Journal of Community Psychology*, 24, 431-438.
- Kruger, L., Macklem, G., Burgess, D., Maital, S., Shirberg, D., & Kalinsky, R. (2001). Sense of community among school psychologists on an Internet site. *Professional Psychology: Research and Practice*, 32, 642-649.
- McMillan, D. (1996). Sense of community. *Journal of Community Psychology*, 24, 315-326.
- McMillan, D., & Chavis, D. (1986). Sense of community: Definition and theory. *Journal of Community Psychology*, 14, 6-23.
- Montero, M. (2004). *Introducción a la psicología comunitaria: Desarrollo, conceptos y procesos*. Buenos Aires: Paidós.
- Obst, P., Zinkiewicz, L., & Smith, S. (2002a). Sense of community in science fiction fandom, Part 1: Understanding sense of community in an international community of interest. *Journal of Community Psychology*, 30, 87-103.
- Obst, P., Zinkiewicz, L., & Smith, S. (2002b). Sense of community in science fiction fandom, Part 2: Comparing neighbourhood and interest group sense of community. *Journal of Community Psychology*, 30, 105-117.
- Obst, P., Zinkiewicz, L., & Smith, S. (2002c). Sense of community in science fiction fandom, Part 3: Dimensions and predictors of psychological sense of community in geographical communities. *Journal of Community Psychology*, 30, 119-133.
- Perkins, D., Florin, P., Rich, R., Wandersman, A., & Chavis, D. (1990). Participation and the social and physical environment of residential blocks: Crime and community context. *American Journal of Community Psychology*, 18, 83-115.
- Plas, J., & Lewis, S. (1996). Environmental factors and sense of community in a planned town. *American Journal of Community Psychology*, 24, 109-144.
- Pretty, G. (1990). Relating psychological sense of community to social climate characteristics. *Journal of Community Psychology*, 18, 60-65.
- Pretty, G., Andrewes, L., & Collett, C. (1994). Exploring adolescents' sense of community and its relationship to loliness. *Journal of Community Psychology*, 22, 346-358.
- Pretty, G., & McCarthy, M. (1991). Exploring psychological sense of community among women and men of the corporation. *Journal of Community Psychology*, 19, 351-361.
- Proescholdbell, R., Roosa, M., & Nemeroff, C. (2006). Component measures of psychological sense of community among gay men. *Journal of Community Psychology*, 34, 9-24.
- Puddifoot, J. (1995). Dimensions of community identity. *Journal of Community and Applied Social Psychology*, 5, 357-370.

- Puddifoot, J. (1996). Some initial considerations in the measurement of community identity. *Journal of Community Psychology*, 24, 327-336.
- Riger, S., & Lavrakas, P. (1981). Community ties: Patterns of attachment and social interaction in urban neighbourhoods. *American Journal of Community Psychology*, 9, 55-66.
- Royal, M., & Rossi, R. (1996). Individual-level correlates of sense of community: Findings from workplace and school. *Journal of Community Psychology*, 24, 395-416.
- Sarason, S. (1974). *The psychological sense of community: Prospects for a community psychology*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Sonn, C., & Fisher, A. (1996). Psychological sense of community in a politically constructed group. *Journal of Community Psychology*, 24, 417-430.

RESUMO

Hoje fala-se de Sentimento Psicológico de Comunidade (SPC) como algo que sempre esteve presente. Trata-se de um conceito que foi introduzido no corpo teórico da psicologia comunitária por Sarason (1974). Tem sido

objecto de muita discussão, de algumas teorias e de numerosos estudos empíricos. SPC é compreendido intuitivamente mas difícil de definir. Supõe uma concepção de comunidade sobre a qual deve ser construído. Neste artigo apresentamos uma revisão de literatura do conceito e exploramos a sua diversidade.

Palavras-chave: Comunidade, Sentimento Psicológico de Comunidade, Psicologia Comunitária, Índice de Sentimento de Comunidade, revisão de literatura.

ABSTRACT

Today we speak about Psychological Sense of Community (PSOC) as something that always was present. It's a construct that was introduced in the theoretical body of Community Psychology by Sarason (1974). PSOC has been the topic of much discussion, some theories and numerous empirical studies. PSOC is intuitively understood but difficult to define. It assumes a conception of community on which it must be constructed. In this paper we present a PSOC literature review and explore its diversity.

Key words: Community, Psychological Sense of Community, Community Psychology, Sense of Community Index, literature review.